PPDH/NEPP-DH/UFRJ
Rio de Janeiro, Brasil
ISSN: 2526-5229

V. 6, n. 6.2, 2025

METAXY
REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA
E POLÍTICAS EM DIREITOS HUMANOS

ARTIGO *ARTICLE*

'O ídolo das origens': Breves observações sobre uma das gêneses do campo de estudos 'trabalho escravo contemporâneo' no Brasil[1]

'The Idol of Origins': Brief Observations on One of the Genesis of the Field of Study 'Contemporary Slave Labor' In Brazil

'El ídolo de los orígenes': Breves observaciones sobre una de las génesis del campo de estudio 'el trabajo esclavo contemporáneo' en Brasil

▪ Daniel Brasil Justi[1]
e-mail: danieljusti@unifesspa.edu.br

Palavras-chave: trabalho escravo contemporâneo, Amazônia, campesinato, Teologia da Libertação, história do sudeste do Pará

Keywords: *contemporary slave labor, Amazon, peasantry, Theology of Liberation, history of southeastern Pará*

Palabras-clave: *trabajo esclavo contemporáneo, Amazonia, campesinado, Teología de la Liberación, historia del sudeste de Pará*

Resumo

O argumento central é apontar como o processo histórico de surgimento e desenvolvimento da Teologia da Libertação (TdL) no Brasil culminou na atuação de agentes religiosos e leigos na região, com um campesinato já estabelecido, que hoje conhecemos como o "arco do desmatamento". São indicadas temporalidades e espacialidades da Região sudeste do Pará, bem como para os períodos de formação do campesinato como algo muito mais complexo e anterior em relação à atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A conclusão é de que a experiência histórica enquanto eixo epistemológico é central na construção de enfrentamentos a situações concretas de vida desafiadoras. A análise principal realizada parte dos relatos de Ricardo Rezende Figueira interativamente com o estudo do contexto do sudeste do Pará, a produção bibliográfica do campo no Brasil e o conceito de experiência em E. P. Thompson.

Abstract

The central argument is to point out how the historical process of emergence and development of Liberation Theology (LT) in Brazil culminated in the action of religious and lay agents in the region, with an already established peasantry, which we now know as the "arc of deforestation". The temporalities and spatialities of the southeastern region of Pará are indicated, as well as the periods of formation of the peasantry as something much more complex and prior to the action of the Pastoral Land Commission (CPT). The conclusion is that historical experience as an epistemological axis is central in the construction of confrontations to concrete challenging life situations. The main analysis carried out starts from the reports of Ricardo Rezende Figueira interactively with the study of the context of southeastern Pará, the bibliographic production of the field in Brazil and the concept of experience in E. P. Thompson.

---

[1] Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória) – campus Xinguara da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: danieljusti@unifesspa.edu.br; danielbr@ufrj.br

Introdução

Ao longo dos últimos 20 anos, o campo de estudos sobre trabalho escravo contemporâneo se consolidou no meio acadêmico brasileiro. Uma de suas gêneses pode ser encontrada na experiência histórica (Thompson, 1981a, p. 13-18), remontando há, pelo menos, quatro ou cinco décadas. Trata-se de experiências ocorridas no interior do Pará – mas não apenas –, entre o fim dos anos 1970 e os anos 1990. Este é, portanto, o objetivo deste artigo: historicizar e apontar caminhos interpretativos dessa origem, consciente da advertência de Bloch (2002, p. 56-60), ironicamente presente no título do artigo.

Irônico, pois um fenômeno histórico não guarda, necessariamente, relação com uma cronologia tácita de acontecimentos e, muito menos sob o argumento de que traçando tal percurso temporal será possível desvendá-lo, alerta Bloch (2002, p. 58): "o conhecimento de seus primórdios não basta para explicá-los". Trata-se, portanto, de evitar essa explicação simplista, mas de buscar elucidações e fundamentos concretos para tal através de uma conexão heurística centrada em documentação, teoria e método e, por fim, submeter tal construção retórica ao juízo dos pares e do público em geral.

Assim, consoante Bloch (2002, p. 60), "nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo do seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução. Tanto daquela em que vivemos como das outras". Não é, em absoluto, o fito deste artigo apontar para o que será aqui analisado como única origem do campo de estudos no Brasil, mas certamente ele é um dos primeiros. Importa, pois considerar os aspectos aqui tratados no decurso da história.

O termo "evolução" citado do autor francês não carrega consigo aquele teor racista do século XIX, mas sublinha a necessidade de se contextualizar a cada momento em que se pretende entender o fenômeno em tela. Talvez, o título mais apropriado para as intenções deste artigo (concebido em 2023 e escrito em 2024, por ocasião da XVI Reunião Científica do GPTEC em Brasília) seja o de Mesquita (2025): "A luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil: da Amazônia às universidades".

O uso do termo "origens" refere-se tanto à escravidão contemporânea – que não será o foco desta discussão[2] –, quanto à consolidação de um campo de investigações e estudos heurísticos dedicados a compreender esse fenômeno. Este texto se concentra, portanto, na análise do cruzamento entre a realidade da escravidão contemporânea, seu enfrentamento e a constituição desse campo de estudos.

Busca-se apontar como o processo histórico de surgimento e desenvolvimento da Teologia da Libertação (TdL) no Brasil culminou na atuação de agentes religiosos e leigos na região hoje conhecida como o "arco do desmatamento" (ver mapas 1, 2 e 3 e seus respectivos comentários abaixo). Naquele contexto, agentes históricos passaram a atuar em um projeto de intervenção social na realidade de lavradores, camponeses e indígenas da região e no enfrentamento das dificuldades de ocupação do território, dos "grandes projetos na Amazônia" e dos latifundiários.

É o caso de Ricardo Rezende Figueira – daqui em diante referido como Ricardo

Rezende –, cuja trajetória se encontra com a emergência de um fenômeno histórico-social, o trabalho escravo contemporâneo, produzindo algo singular[3]: a denúncia de uma prática hedionda em uma parte da Amazônia – Oriental, como querem alguns –, seu enfrentamento e a constituição de um campo do saber. Obviamente, outras explicações são possíveis, razão pela qual utilizo a expressão "uma das gêneses", uma vez que nenhum fenômeno social é unigênito.

A estrutura do texto aqui apresentado obedecerá à seguinte sequência: para além desta Introdução, a segunda seção apresentará uma contextualização da problemática trabalhada, com um breve balanço bibliográfico para discutir as temporalidades e espacialidades, a TdL e o polígono dos bispos; e a terceira seção apresentará a análise da trajetória do campo de estudos "trabalho escravo contemporâneo" a partir da experiência de um agente histórico, Ricardo Rezende, em escala detalhada. Assim, pretende-se contribuir para a historicização do processo de constituição de um campo do saber científico no Brasil, pontuando seus agentes prenhes de expectativas e projetos, e perceber esse movimento no campo epistemológico da experiência (Thompson, 1981a, p. 13-18) como componente decisivo da sua formação.

Do ponto de vista metodológico, o paradigma indiciário orienta a leitura das diferentes evidências documentais. Se a "realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la" (Ginzburg, 1989, p. 177) quanto aos acontecimentos para o entendimento do contexto da época e seus desdobramentos. Cada indício selecionado para a composição do paradigma indiciário a partir do qual é possível reconstruir as expectativas, estratégias e transfluências (dos Santos, 2015) dos agentes históricos envolvidos importa.

Razão pela qual, tão logo a discussão do ponto de vista bibliográfica seja apresentada, elementos de temporalidade e espacialidade, bem como fenômenos históricos contemporâneos aos quarenta anos desta questão em análise, serão colocados em perspectiva. Cumpre observar certa factualidade e certa análise para que seja possível a compreensão do tema nesta porção da Amazônia.

Em termos gerais, o que se aponta é o entendimento de que: (1) há antecedentes importantes antes de se considerar o processo histórico iniciado na região de interesse por meio da TdL em sua expressão regional; (2) a experiência histórica de agentes é concretizada na materialidade do cotidiano de enfrentamento da questão agrária no Brasil (Pedro Casaldáliga, Thomas Balduino, Ricardo Rezende, Henri des Roziers, René Delome, Paulette Planchom, Luzia Canuto, entre outros e outras tantas); e, por fim, (3) o esforço em documentar e publicizar esses processos é fundamental para que se perpetuem na memória subterrânea das lutas agrárias no Brasil.

Essas são, provisoriamente, as linhas principais a partir das quais os fios são trançados para dar forma ao tecido que subjaz como malha (Ginzburg, 1989, p. 170-171) que conecta esses pontos aparentemente dispersos e difusos no sul e sudeste do Pará.

Contextualização da problemática: breve revisão bibliográfica, temporalidades e espacialidades

Apresentação da problemática sob o ponto de vista bibliográfico

A questão do "trabalho escravo contemporâneo" no Brasil chegou recentemente a essa exata expressão. O percurso até o atual entendimento epistemológico levou mais de quatro décadas de reflexões heurísticas e experiências concretas no cotidiano (ver Figueira, 2004, 2021). Embora não haja, até o momento, um consenso entre pesquisadores, sem dúvidas é robusta a posição da expressão como categoria de entendimento da realidade à qual faz referência. Igualmente sólida é a plataforma a partir da qual enuncia seus objetos de reflexão. A variedade de temas relativos à natureza escravista de trabalho observada hoje é mais diversa do que a existente quando surgiu.

Se, entre os anos 1980 e 2000, o trabalho escravo esteve (quase) sempre ligado às questões agrárias no Brasil, recentemente tem sido investigado em outros âmbitos: indústria têxtil/moda, alimentação, sexualidade, trabalho doméstico, transportes, entre outros. As recentes produções audiovisuais Pureza (2022), dirigido por Renato Barbieri, que aborda a escravidão por dívida em latifúndios na Amazônia Legal, e Escravidão: Século XXI (2021), dirigido por Bruno Barreto[4], que trata da escravidão rural e urbana e seus efeitos globais, são bons exemplos da amplitude de temas nesse campo.

É pertinente atribuir à Esterci (1987) um protagonismo na escrita acerca do tema. Silva (2019, p. 332) indica que ela assim o fez provocada "pelo trabalho dos agentes da CPT [Comissão Pastoral da Terra] Araguaia-Tocantins (CPT-AT)". Ou seja, a professora conhecia o tema por estar informada pelos agentes daquela seção da CPT-AT. Figueira (2006, p. 44) situa com mais detalhes essa relação:

> Imediatamente após concluir o mestrado, fiz provas para a seleção dos alunos em doutorado e passei no CPDA/UFRRJ e no Curso de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Como queria uma orientação vinda de alguém como a professora Neide Esterci que conhecia o problema dos peões na Amazônia e havia escrito sobre o tema, optei pelo IFCS. Defendi a tese em julho de 2003 e ela foi publicada com o título: Pisando fora da própria sombra: o trabalho escravo por dívida no Brasil contemporâneo (Civilização Brasileira, 2004) e, no ano seguinte, recebi por ela o prêmio Jabuti, segundo lugar em Ciências Humanas e, em 2006, o prêmio Casa das Américas. Neste momento, o livro está sendo traduzido para o espanhol.

A citação é de 2006, e desde então o tema avançou bastante em termos de produção científica. Silva (2019, p. 344, nota 11) aponta que em 1992 foi publicado o primeiro trabalho stricto sensu, ou seja, em formato de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, dedicado à temática. E ainda informa que, entre 2013 e 2015, foram concluídas,

no Brasil, 45 pesquisas de nível de pós-graduação – 10 de doutorado e 35 de mestrado.

Em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes[5], constata-se um alcance ainda maior. Utilizando-se a expressão exata (garantida pelo uso de aspas) "trabalho escravo contemporâneo" no mecanismo de busca do site, retornam 148 trabalhos publicados entre 1999 e 2023, subdivididos em 110 dissertações de programas acadêmicos, 11 de mestrados profissionais e um profissionalizante, além de 25 teses de doutorado. Tanto a primeira dissertação (1999) quanto a primeira tese (2003) sobre a temática são de Ricardo Rezende (ver Figueira [1999 e 2004, respectivamente]). Considerando-se que bases de dados podem apresentar falhas (o que é perfeitamente normal) e que o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes inicia a disposição de trabalhos a partir de 1987, salvo melhor juízo, essas são as primeiras pesquisas sobre o tema no Brasil.

O auge da produção de teses e dissertações sobre o tema ocorreu entre 2016 e 2020. Somadas, foram: 7 em 2016; 11 em 2017; 11 em 2018; 19 em 2019; e 22 em 2020. Em 2023, foram defendidas duas dissertações e duas teses, mas é possível que a tendência de alta observada entre 2016 e 2020 não se confirme, dada a pandemia de covid-19, manifestada em sua fase mais grave entre 2020 e 2021.

Quanto às áreas de avaliação da Capes em que mais trabalhos stricto sensu sobre o tema são produzidos, registram-se: direito (54), interdisciplinar (12), serviço social (9) e história (7). O direito tem retumbante protagonismo, talvez pelo que constatou Figueira (2006, p. 50):

> Para elaborar essas reflexões enfrentei algo árduo, a discussão sobre a categoria "escravidão", e isso demandou um diálogo com diversos autores. Como não se trata exatamente da mesma modalidade de escravidão como aquelas existentes na antiguidade romana e grega, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral o termo escravidão vinha acrescido de alguma complementação: "semi", "branca", "contemporânea", "por dívida", ou, no meio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo "análoga", que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB) designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno como "trabalho forçado", que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo.

O problema conceitual relatado pelo autor teve também ampla repercussão e problematização em artigos científicos revisados por pares. Entre as expressões exatas pesquisadas no Portal de Periódicos da Capes[6] em setembro de 2023, foi possível observar os seguintes resultados: 13 artigos com "escravidão por dívida" entre 1991 e 2020; 154 artigos com "trabalho escravo contemporâneo" e 95 com "escravidão contemporânea" entre 2001 e 2023; e 24 com "trabalho análogo à escravidão" entre 2011 e 2023[7].

Além dos livros A justiça do lobo (1986), Rio Maria: Canto da Terra (1992) e Pisando

fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo (2004), de 12 artigos completos revisados por pares e publicados em periódicos e de 16 livros organizados ou escritos com colegas , Ricardo Rezende é um dos principais responsáveis pela criação e consolidação do campo de estudos sobre escravidão contemporânea no Brasil. Publicou 58 capítulos de livros, fez mais de 130 apresentações em congressos acadêmicos e tem mais de 100 produções audiovisuais (participação, consultoria ou entrevista) que podem ser conferidos no Currículo Lattes do autor[8].

Reconhecer um protagonista não é o mesmo que dizer que ele trabalhou sozinho ou que foi o único, o principal, o mais originário (o título deste trabalho e a que ele faz referência já indicam que este texto não sofre do vício de querer determinar a origem pura, imaculada e perfeita de qualquer fenômeno histórico, até porque ela não existe). No entanto, observar a trajetória de um agente histórico em escala detalhada pode ser uma ação tanto didática quanto bem-delimitada de abordar um fenômeno. Antes, porém, da leitura da trajetória desse agente e, por consequência, de uma das origens de um campo de estudos, convém dizer algumas palavras sobre o curso que o artigo toma a seguir.

Se até o momento foi realizada uma apresentação bibliográfica e alguns dados de um campo de estudos já consolidado em meios acadêmicos brasileiros, cumpre fazer o caminho inverso ao de Mesquita (2025), ou seja, sair das universidades e voltar para a Amazônia. No tópico temporalidades e espacialidades a seguir, os três primeiros mapas retratam uma realidade atual - o arco do desmatamento. Aí aparecem para dar conta do estabelecimento do agronegócio e a onda de devastação, assassinatos, violência e escravidão que o acompanha. São autorreferenciais, mas situam também os outros três que vem a seguir.

Recuando no tempo e reconstruindo o passado à luz do presente, nos termos da ciência histórica, alguns comentários sobre essa dinâmica de ocupação do território serão importantes para entender a própria formação do campesinato do sudeste do Pará. A imagem 1 e o mapa 7 apresentam oportunidade para comentários acerca das atividades econômicas. Assim, essa subunidade sobre temporalidades e espacialidades é atravessada transversalmente pela constituição de um campesinato no sudeste do Pará que ainda precisa ser mais bem estudado.

A pequena parcela de contribuição deste artigo será a de reconhecer a formação primeva desse campesinato (e/ou Ligas Camponesas) e a posterior chegada de agentes da pastoral da Igreja Católica na sua face mais reconhecida como a TdL. Em outros termos, em que contexto e por que meios foi possível tal atuação nesta região? A noção de escala parte, portanto, da temporalidade e espacialidade mais ampla (sudeste do Pará), passa pela formação do campesinato organizado na região (as referências mais antigas e anteriores ao século XX precisam ser melhor estudadas ainda), conhecem a intervenção social da TdL e chegam à atuação de Ricardo Rezende. Do geral para o particular, não da premissa ultrapassada "das origens aos dias atuais".

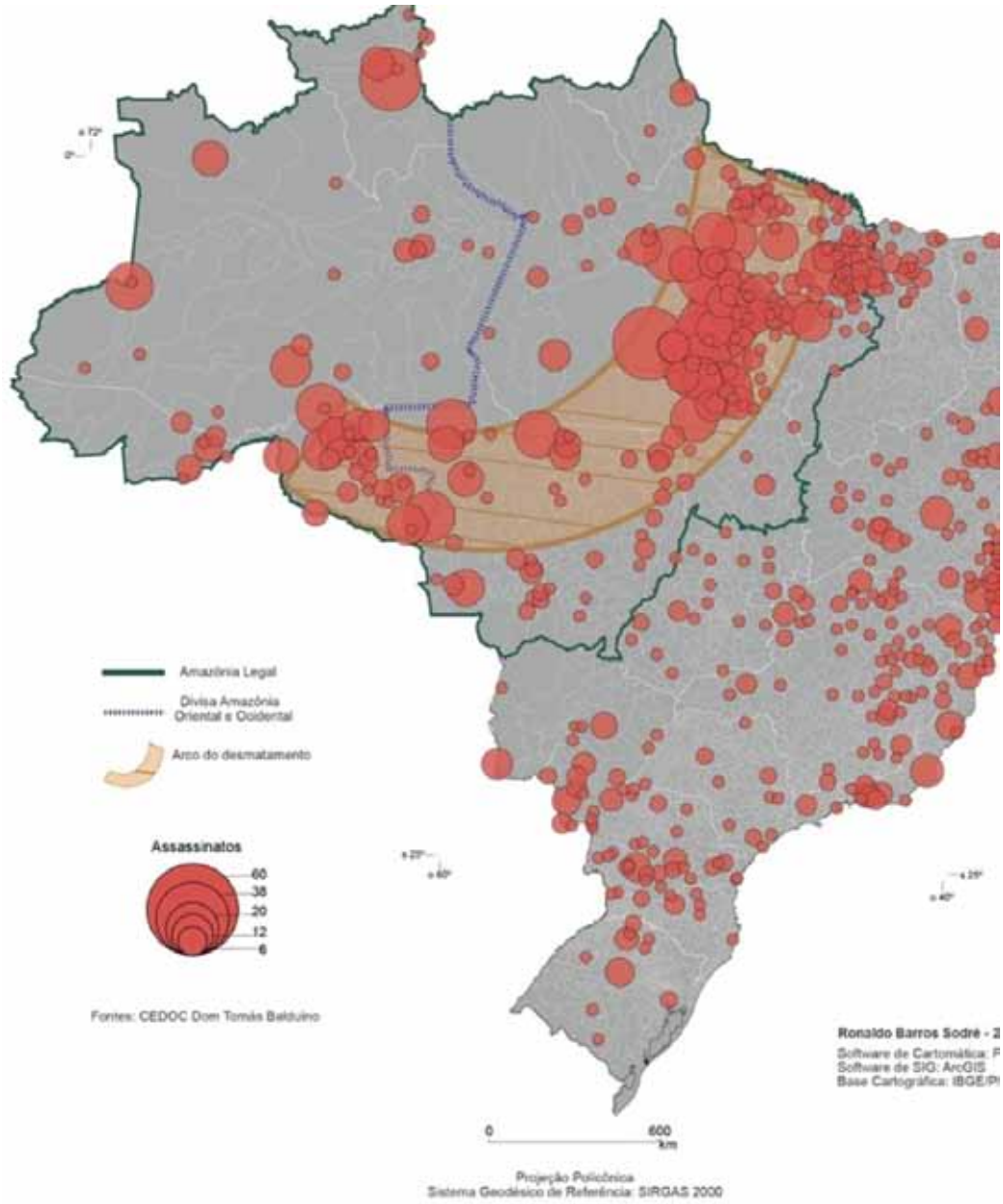
Temporalidades e espacialidades

Os mapas a seguir situam espacialidades e temporalidades distintas: mapa 1: o "arco do desmatamento" (áreas desmatadas em marrom) e terras indígenas (em vermelho) em 2022; mapas 2 e 3: relação entre arco do desmatamento e assassinatos e ameaças de morte; mapa 4: a Região sudeste do Pará – com destaque para os municípios existentes em 1960; e, por fim, mapas 5 e 6: a Região sudeste do Pará em 2011 e 2013.

Mapa 1: O arco do desmatamento, com destaque para áreas desmatadas (marrom) e terras indígenas (vermelho)

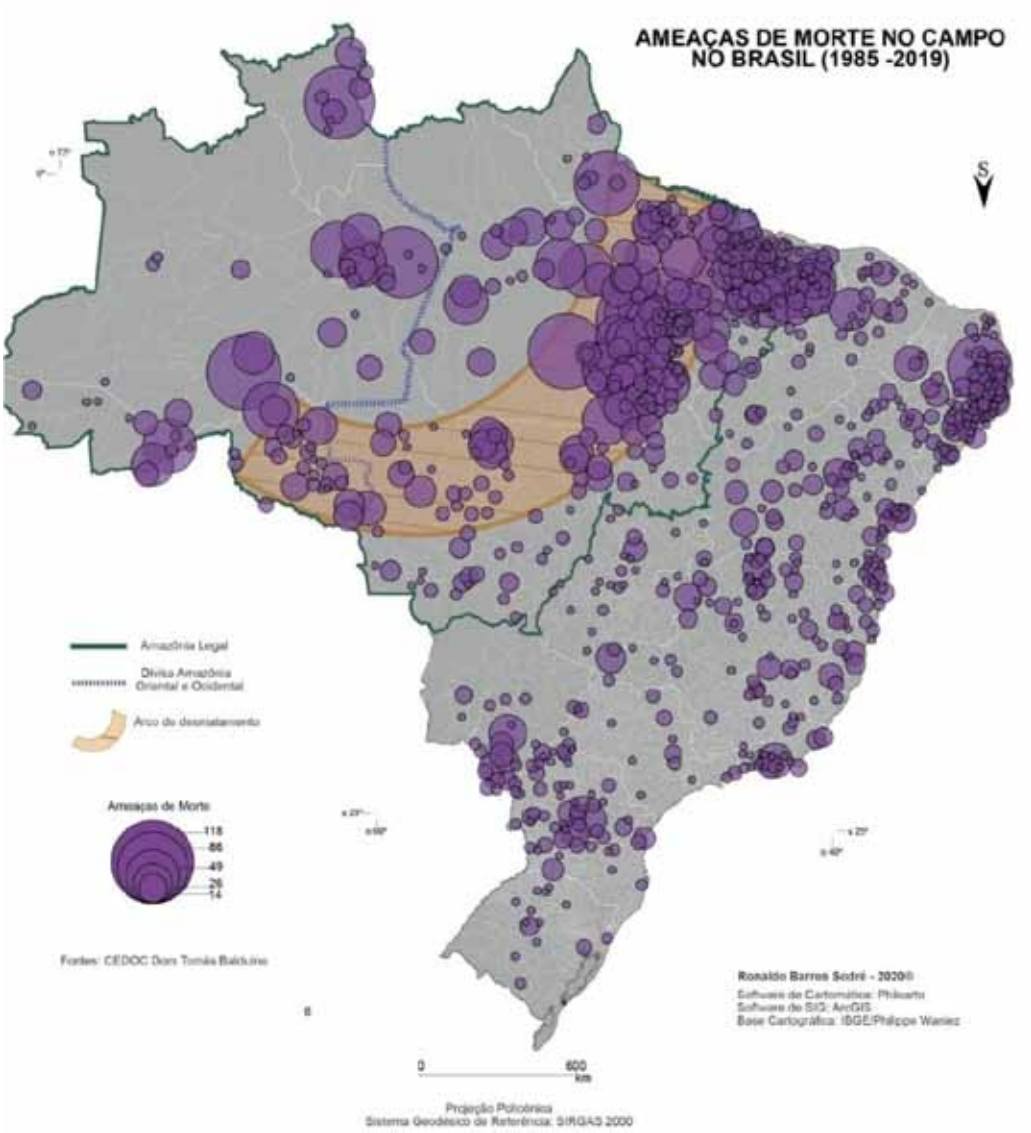
Fonte: Instituto Socioambiental. Disponível em: http://mapa.socioambiental.org. Acesso em: set. 2023.

Mapa 2: Assassinatos no campo no Brasil (1985-2019), com o arco do desmatamento em destaque



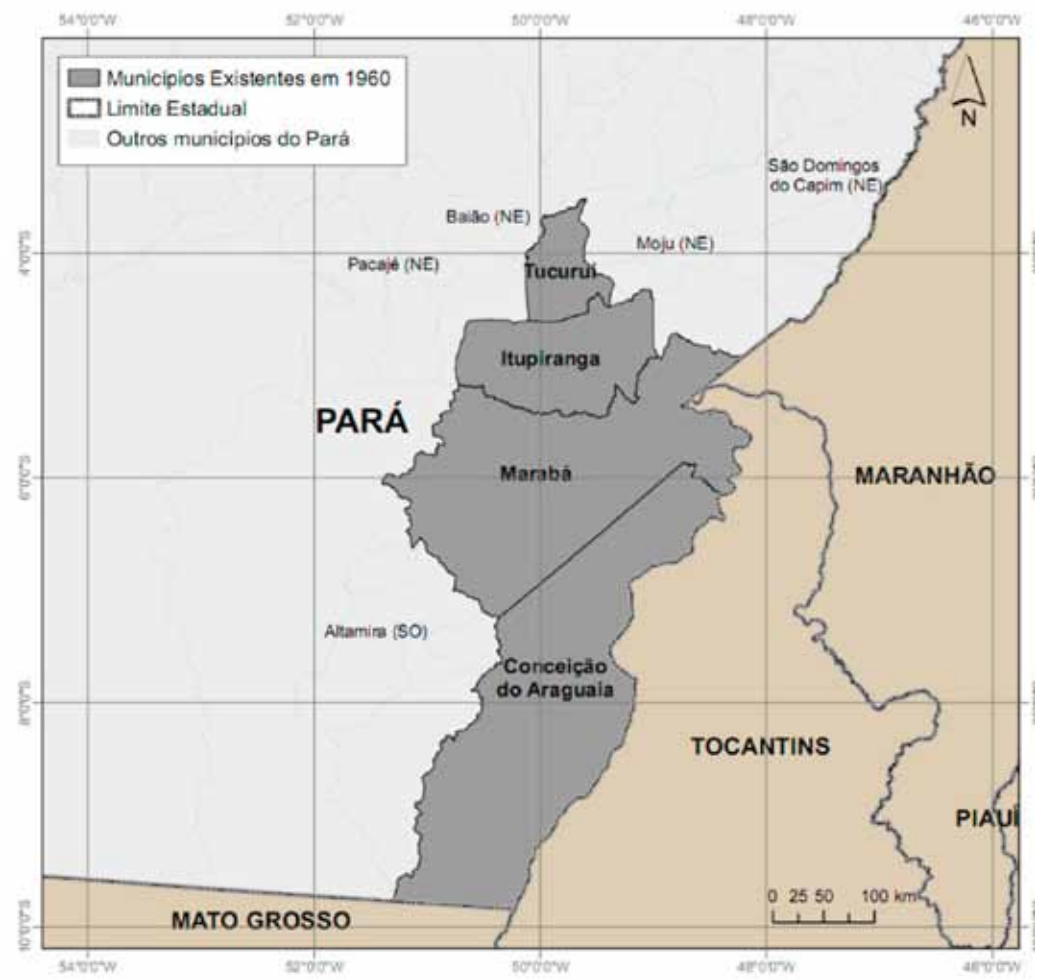
Fonte: Sobreiro Filho (2021)

Mapa 3: Assassinatos no campo no Brasil (1985-2019), com o arco do desmatamento em destaque



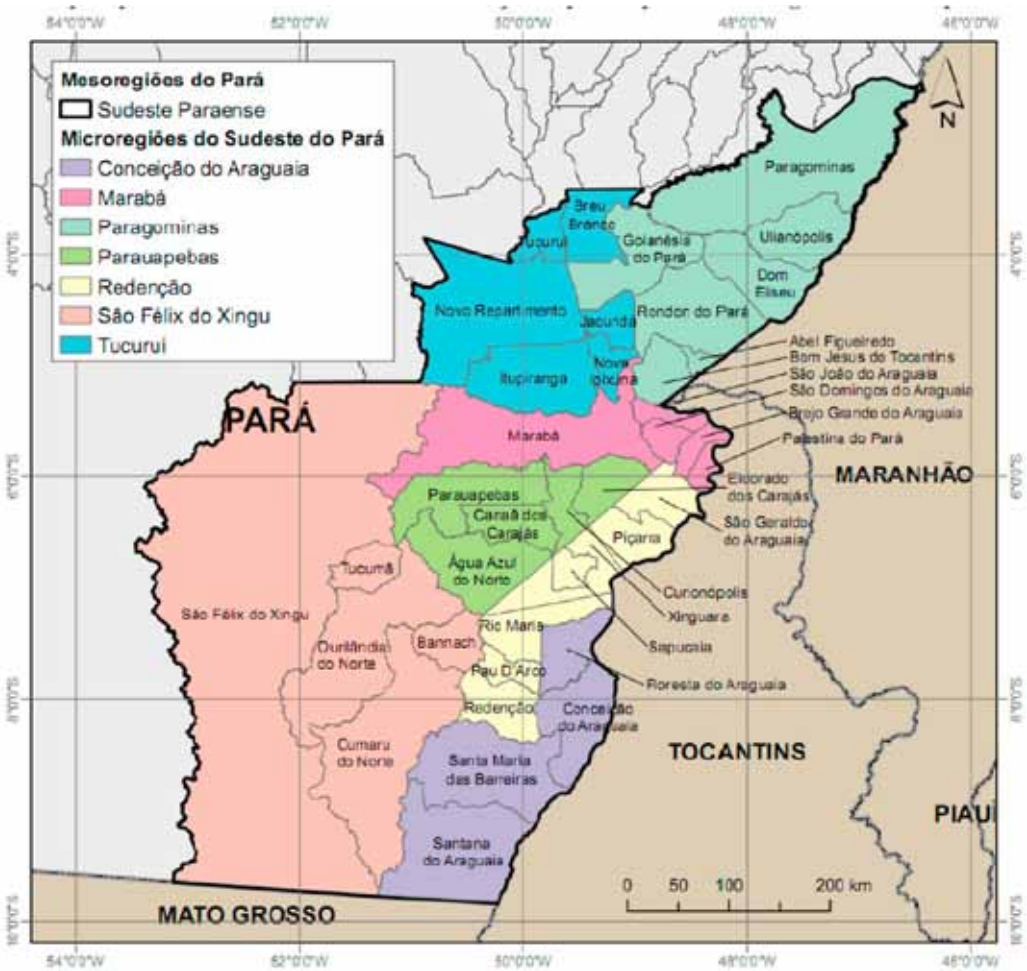
Fonte: Sobreiro Filho (2021)

Mapa 4: Sudeste do Pará com os municípios existentes em 1960



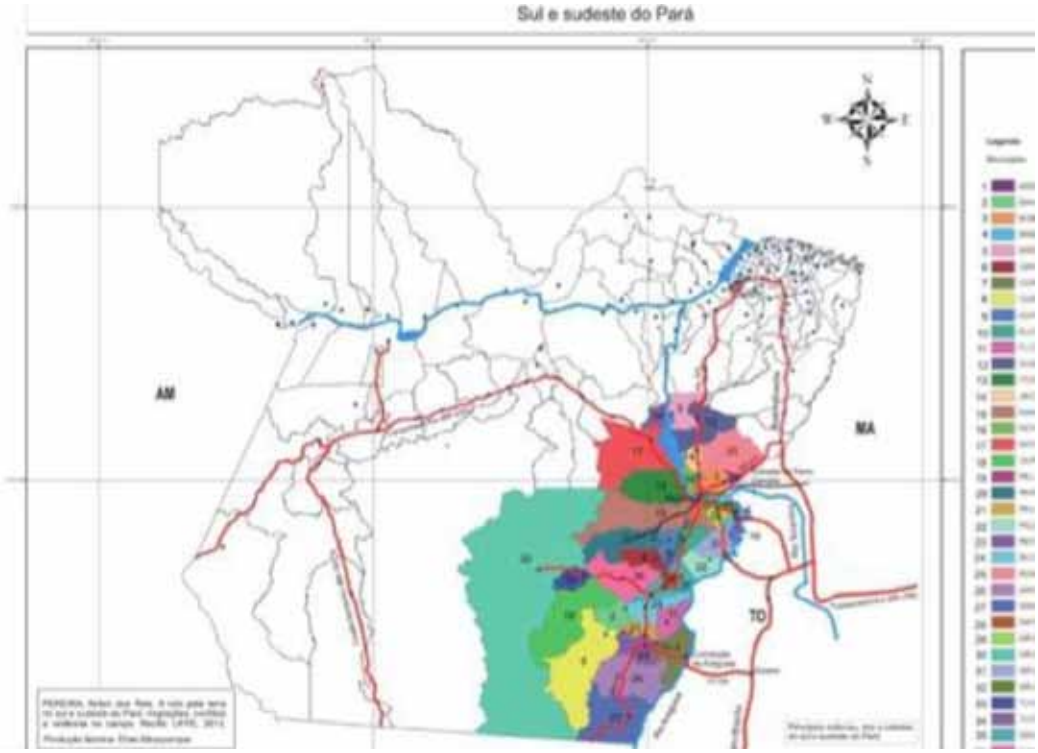
Fonte: Santos (2011, p. 284)

Mapa 5: Sudeste do Pará com os municípios existentes em 2011 e destaque para as mesorregiões em cores, conforme legenda



Fonte: Santos (2011, p. 304)

Mapa 6: Sudeste do Pará como os municípios em 2013



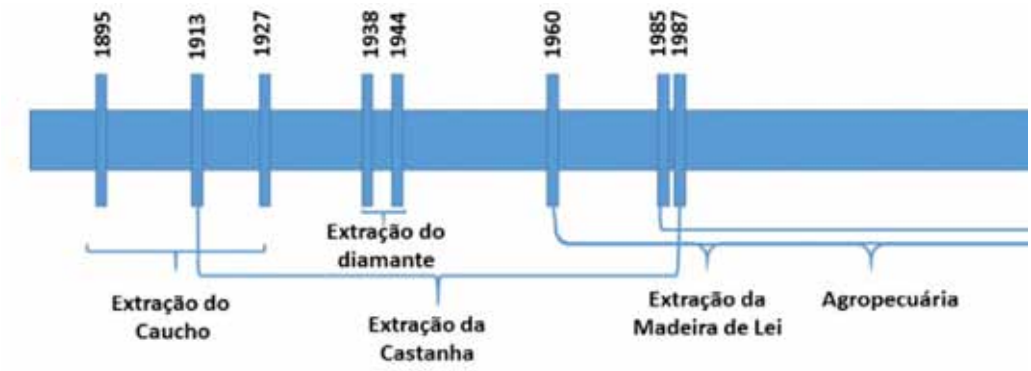
Fonte: Pereira (2015, p. xix)

As transformações ocorridas no mapa político da região (mapas 4, 5 e 6[9]) demonstram uma complexificação acentuada da região e revelam problemas de pesquisa que apontam para a necessidade de entendimento desses processos. O que é certo dizer é que essas transformações, que culminam no atual cenário do "arco do desmatamento" (mapas 1, 2 e 3), são a consolidação – e o constante avanço – de uma "fronteira agrícola" que altera profundamente o espaço através do tempo. Entre a floresta densa, até as primeiras décadas do século XX ocupada majoritariamente por diferentes povos indígenas, e o cenário do atual arco do desmatamento, há atividades econômicas que, de alguma maneira, determinam a realidade regional.

Muitos trabalhos se detêm na investigação desse histórico. Alguns deles tornaram-se referências (Ianni, 1978; Martins, 1995; Petit, 2003; Hébette, 2004, Velho, 2013, entre outros) e são frequentemente utilizados como ponto de partida. Entender o tão conhecido arco do desmatamento passa muito mais por conhecer esses processos aqui descritos e a bibliografia aqui utilizada do que por percepções generalistas como "o agro é fogo", "estão desmatando a Amazônia". Quem viveu ou vive nessa região entende mais profundamente esses fenômenos, mas, geralmente, quem não conhece a bibliografia mencionada ou a região em suas idiossincrasias costuma estranhar essa contextualização espaço-temporal.

Um recente texto publicado por dois geógrafos (Serra e Sabino, 2021) sintetiza muitíssimo bem a cartografia da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará. De imediato, os autores propõem um esquema ilustrativo de atividades econômicas na região entre 1895 e 2021:

Imagem 1: Esquema cronológico de atividades econômicas no Sul e Sudeste do Pará

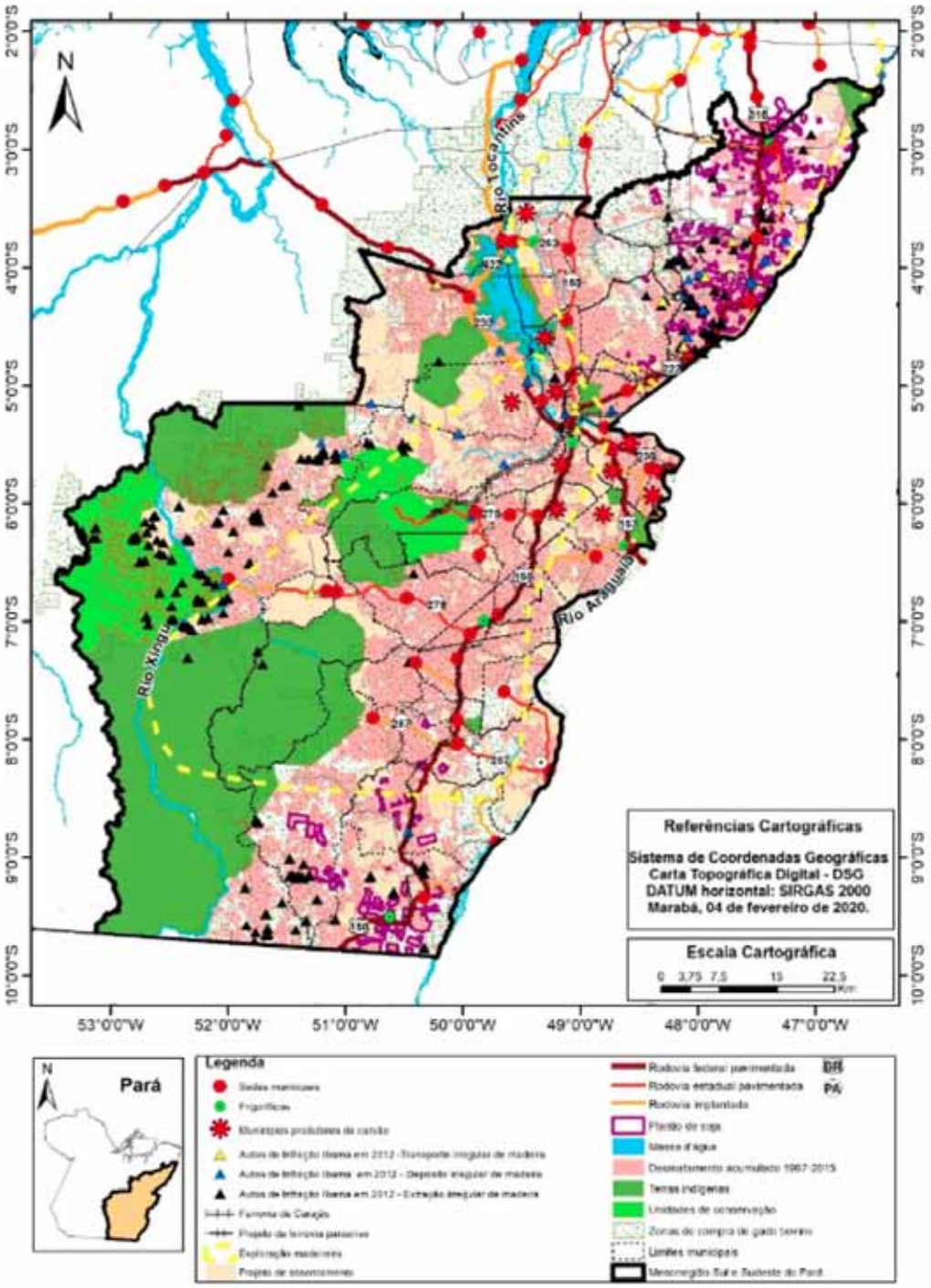


Fonte: Serra e Sabino, 2021, p. 8

O esquema cronológico adaptado pelos autores, muito embora esteja disposto na ideia já superada de "linha do tempo" na história, desconstrói uma visão, ainda corrente na região, de que houve "ciclos econômicos". A simultaneidade das atividades econômicas e as marcações de início, auge e declínio (em alguns casos) constitui impactante leitura visual do que os clássicos sobre a região estabeleceram e lança muitas outras novas questões de análise. Dão ainda a dimensão temporal de formação de um campesinato local que, ainda que formado por imigrantes, combina-se com autóctones e estabelece a base a partir da qual os movimentos sociais terão lugar.

O trabalho dos geógrafos não se encerra nesse modelo visual esquemático. Eles projetam, em sequência, as respectivas temporalidades e espacialidades integradas com as atividades econômicas (ver exemplo abaixo e, para o detalhamento histórico-espacial, ver também as páginas 9, 11 e 15 do artigo de Serra e Sabino):

Mapa 7: Áreas de extração da madeira, produção pastoril e agrícola no sudeste do Pará



Fonte: Serra e Sabino (2021, p. 13)

O que os quatro mapas mencionados e o Mapa 7 sinteticamente apresentam como não dito a respeito das atividades econômicas na região – e para o qual este texto quer chamar a atenção – é o enorme contingente de trabalhadores camponeses que ocuparam esse espaço nas diferentes temporalidades. Com fluxos migratórios oscilando entre volumosos em alguns momentos e mais esparsos em outros, permanece a realidade de ocupação "não-índia" (Salgueiro, 2021, p. 58-59) de homens e mulheres que constituíram o corpo social – por vezes itinerante, por vezes definitivamente assentados. É a partir desse campesinato construído no longo processo histórico que se quer aqui situar uma das origens do campo de estudos sobre trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

São essas pessoas que comporão a base social dos movimentos de resistência organizados na lógica de enfrentamento das injustiças sociais e da violação dos direitos humanos do sul e sudeste do Pará. Convém lembrar que as lutas sociais existem desde o século XVI no Brasil (sem mencionar as disputas anteriores entre diferentes etnias indígenas), seja para o caso de povos indígenas, de africanos sequestrados e escravizados no Brasil ou de camponeses que reivindicavam o direito à terra depois de sua criação como propriedade privada no século XIX (Fernandes, 2000, p. 17-22). As Ligas Camponesas surgem por volta de 1945 em quase todo o Brasil e tinham apoio do Partido Comunista Brasileiro (Fernandes, 2000, p. 23). Muito embora tenha havido o intuito de se organizar trabalhadores rurais em 1903, a regulamentação do sindicalismo rural efetiva-se somente em 1962 (Fernandes, 2009, p. 326).

As Ligas Camponesas começam com a Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP)[10] em 1954 e espalham-se pelo Nordeste do Brasil como rastilho de pólvora, dadas as circunstâncias históricas da questão agrária. Ressurgem mesmo após a declaração de ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947 e as qualificações negativas de jornais locais em desacreditá-las ideologicamente sob o signo pejorativo de "organizações rurais comunistas". Em 1962, após a regulamentação do sindicalismo rural, as Ligas promovem encontros, congressos e atividades, redimensionando a questão agrária no Brasil e formando uma importante consciência nacional pela reforma agrária. Entre 1971 e 1980, havia mais de 1.200 sindicatos de trabalhadores rurais pelo Brasil (Fernandes, 2000, p. 22-27; 2009, p. 326-327).

Ora, não é difícil entender a capilaridade desse movimento e como repercutiu no campesinato, incluindo o sul e o sudeste do Pará. O movimento sindical contava, também, com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[11] e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela CNBB em 1961[12] desempenharam importante papel nesse processo. No entanto, é necessário ter cautela antes de afirmar que a luta sindical no Brasil foi organizada por esses setores da Igreja Católica. Foram agentes importantes e, em alguns casos, decisivos (como se verá adiante no caso de Conceição do Araguaia e Rio Maria), porém o protagonismo foi da organização popular de lavradores. Afirmar o contrário é incorrer no risco de subestimar a capacidade de consciência e organização coletiva desses agentes históricos, como explica Tomás Balduíno: "Dizer que o MST é o braço da CPT é testemunhar cegueira, muito comum na nossa elite, que não acredita que o lavrador ou o índio possa pensar com a próprias cabeças e agir com os próprios membros" (Balduíno, 2002, p. 265).

A Teologia da Libertação (TdL) e o polígono dos bispos

Discutir a luta pela terra no sul e sudeste do Pará passa, também, por considerar a atuação de religiosos ordenados ou leigos como agentes, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT)[13]. Antecedida pela criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1971, a CPT tem em comum com o CIMI o trabalho de Pedro Casaldáliga – nomeado bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT no mesmo ano – e diverge quanto à filiação: enquanto o CIMI é ligado à CNBB juridicamente, a CPT o é pastoralmente. Portanto, o fato de terem sido criadas prelazias na região que se conhece hoje como arco do desmatamento e a ligação pastoral à CNBB fazem da CPT um órgão com significativa independência na sua atuação desde 1975, quando foi fundada[14].

Como já argumentado na subseção anterior, o corpo social de ocupação do sul e sudeste do Pará precisa ser entendido como povos indígenas (mais antigos e ainda atuais ocupantes), camponeses migrantes buscando atuar nas atividades econômicas de extrativismo e fluxos migratórios intensos após os anúncios de "grandes projetos" na Amazônia, promovidos pelos governantes da ditadura militar. São temporalidades distintas. Assim, é preciso situar a origem da atuação de agentes progressistas da Igreja Católica vinculados ou aderentes à TdL entre o fim dos anos 1960 e a década de 1970 em diante.

A TdL surge entre as décadas de 1950 e 1960, logo após o Concílio do Vaticano II (1962-1965), na perspectiva católica. A reunião conciliar foi a consolidação de um programa da Igreja Católica para responder às questões da modernidade. Muitos acreditam que foi uma resposta tardia, mas que acabou por acontecer. A partir dos seus resultados, foi possível um espaço de fala das igrejas do mundo todo, principalmente aquelas em países mais pobres. Entre elas, as igrejas da América Latina, que, a partir da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano (1968) em Medellín, na Colômbia, estabeleceu a definição de "opção preferencial pelos pobres" – embora a expressão exata tenha sido usada somente na Conferência de Puebla, em 1979. Na perspectiva protestante, outros elementos e eventos aconteceram.

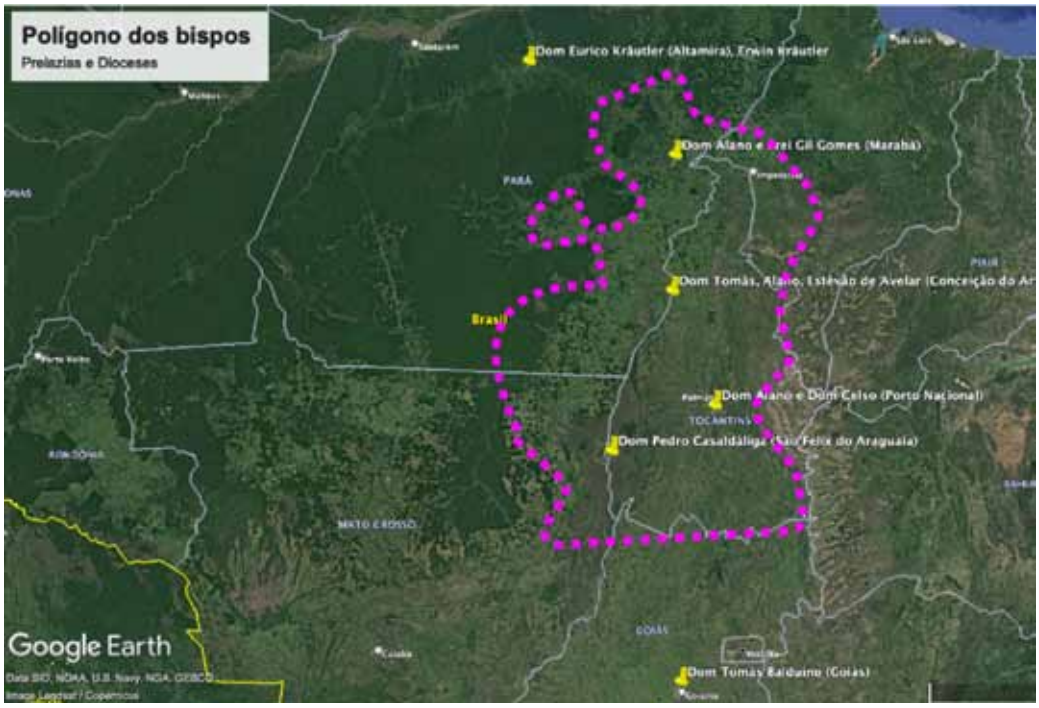
Alguns dos protagonistas da TdL foram Rubem Alves (origem na Igreja Presbiteriana), Milton Schwantes (origem na Igreja Luterana), Ivone Gebara, Gustavo Gutiérrez, Juan Luís Segundo, Leonardo Boff, Jon Sobrino, Frei Betto e Dom Pedro Casaldáliga (todos de filiação católica). Todavia, o surgimento dessa prática teológica será motivo de questionamento quanto à origem e filiação, sendo objeto de disputa de memória entre grupos católicos e protestantes que procuram na história fatos que lhes atribuam o protagonismo de criação. Essa discussão, bem como os debates suscitados por ela, pode ser conferida em outro trabalho (dos Santos, 2023, p. 19-37).

A história de criação e estabelecimento da TdL são extremamente interessantes e igualmente complexas, repletas de detalhes e nuances. Porém, um fator decisivo que este artigo quer destacar é refletir sobre as condições de possibilidade de os fenômenos aqui discutidos terem seu lugar justamente nesta área, ou seja, no interflúvio das bacias hidrográficas do Tocantins-Araguaia e Xingu. Como forma de sistematizar algumas informações, os mapas a seguir configuram aspectos centrais:

Mapa 8: Área imediata das bacias hidrográficas Tocantins-Araguaia e Xingu

Fonte: Elaboração própria

Mapa 9: Área imediata das bacias hidrográficas Tocantins-Araguaia e Xingu, com destaque para o território de atuação dos Bispos da Igreja Católica na região



Fonte: Elaboração própria

Mapa 10: Área imediata das bacias hidrográficas Tocantins-Araguaia e Xingu, com destaque para o território de atuação dos Bispos da Igreja Católica na região

Fonte: Elaboração própria
* O mapa de fundo é uma redução de escala do mapa 1 neste trabalho.

Os três mapas acima sistematizam um conjunto de informações para o que aqui foi nomeado como "polígono dos bispos", elaborado para indicar essa atuação regional como condição de possibilidade para a frente de enfrentamento da CPT à exploração do campesinato no sudeste do Pará. O polígono compreende uma área em que atuavam agentes da CPT sob os cuidados dos bispos locais em diferentes temporalidades (majoritariamente entre 1966 e 1995): Dom Eurico Kräutler e Dom Erwin Kräutler (Altamira), Dom Alano e Frei Gil Gomes (Marabá), Dom Tomás Balduíno, Alano du Noday e Estevão de Avelar (Conceição do Araguaia), Dom Alano du Noday e Dom Celso de Almeida (Porto Nacional), Dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia) e Dom Tomás Balduíno (Goiás)15.

Foi graças a essa rede de bispos comprometidos com a CPT que a região teve alimentada uma atuação vigorosa ao lado de camponeses, trabalhadores e pobres no sudeste do Pará. A Regional da CPT Araguaia-Tocantins foi esteio para as bases de onde atuou Ricardo Rezende na sua fase de atuação pastoral. Em 1973, seis membros da Região Centro-Oeste da CNBB publicam o documento Marginalização de um povo: grito das Igrejas, assinado por Dom Fernando (Arcebispo de Goiânia), Epaminondas (Bispo de Anápolis), Tomás (Bispo de Goiás Velho), Pedro (Bispo de São Félix), Celso (de Porto Nacional) e Estêvão (de Marabá). Além deles, assinaram também Conceição do Araguaia, Frei Henrique Marques e o agente de pastoral e lavrador Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. Estava, assim, encaminhada a criação da CPT local para o enfrentamento do que o documento denunciava.

Análise da trajetória do campo de estudos 'trabalho escravo contemporâneo'

As seções precedentes buscaram demonstrar ou mencionar (pelo limite imposto pelo tamanho e natureza deste texto) como a pesquisa aqui apresentada se iniciou e se desenvolveu desde 2018. Além disso, indicou temporalidades e espacialidades da região sudeste do Pará e apontou para os períodos de formação do campesinato como algo muito mais complexo, anterior e de longa duração histórica em relação à atuação da CPT. Avançando, situou aspectos muito breves sobre as origens da TdL, sua implementação na área nomeada como Regional Tocantins-Araguaia (norte do Mato Grosso, Sul do Pará e atual Tocantins) e sob quais condições foi capaz de modificar profundamente a história do sudeste do Pará junto aos camponeses, bem entendido: pelo compromisso, conexão e forte defesa dos bispos, prelados e religiosos progressistas atuantes na região.

Portanto, enunciando muito brevemente diferentes momentos históricos e de ocupação espacial, buscou-se vincular um conjunto de informações aparentemente difusas com um processo lógico que guarda relação de continuidade para o eixo de análise aqui proposto. Em 1976/77, Ricardo Rezende chega à região como educador do MEB; a partir de 1978, torna-se coordenador da CPT-AT. Entre 1978 e 1995 (ano de saída dele de Rio Maria, onde viveu entre 1988 e 1995, com a mudança definitiva para o Rio de Janeiro, em 1996, a fim de se dedicar à formação na pós-graduação[16]), Ricardo atuou no cotidiano da região, principalmente em Conceição do Araguaia (1977-1987) e Rio Maria (1988-1995).

Começo a situar o que entendo por uma das origens (assumo a culpa subjetiva de entender que é a principal, não acredito em isenção metodológica radical na ciência) do campo de estudos sobre "trabalho escravo contemporâneo" no Brasil: "Estava diante do que alguns reconheceriam como uma "guerra civil não declarada", outros como um massacre" (Figueira, 2006, p. 23), relata Ricardo quando atuava em Conceição do Araguaia (final dos anos 1970). Adiante, mais uma declaração reveladora:

> Aos poucos, comecei a fazer anotações por dois motivos. O primeiro estava ligado ao fato de não ser capaz de guardar na memória tantas informações; depois por perceber que eram informações importantes e deviam ser preservadas.
>
> A forma do recolhimento era simples. Anotava em papéis o resumo do que ouvia. Depois percebi que isso não era satisfatório. Decidi colher as histórias que os informantes nos traziam, se eles concordassem, como depoimentos, no estilo de "eu, fulano de tal, filho de...". Tudo era escrito na primeira pessoa com a maior quantidade de dados possível, preservando o estilo e as palavras e expressões idiomáticas do depoente. Aos poucos isso foi uma prática de toda a equipe. Em casos especiais também registrávamos os depoimentos em cartório, como declaração pública, ou reconhecíamos as firmas dos depoentes e das testemunhas. Ao mesmo tempo guardávamos recortes de jornais com informações sobre o problema, notas e relatórios elaborados por agentes de pastoral, membros da CPT ou de autoridades e organizávamos os dados em pastas e arquivos (Figueira, 2006, p. 23).

A essa confissão metodológica de coleta de dados, Ricardo acrescenta a operação de registro, guarda e agência:

> Não há pesquisador totalmente isento, neutro, indiferente ao objeto de análise. Sabendo das implicações da qualidade das fontes e da minha própria subjetividade, por vinte anos denunciei o problema e colhi centenas de depoimentos com a finalidade de denunciar o crime.
> Apesar de todos os limites para ter acesso à verdade dos fatos, não era impossível reconstruí-los. Anos mais tarde, ao ler Carlo Ginzburg, em o Queijo e os Vermes, pude perceber que a história pode ser contada e compreendida até com menos acesso aos dados, quando aquilo que se estuda é algo do século XVI, e o objeto de análise sequer deixou algo escrito, salvo pelo seu algoz. As marcas dos fatos ficam impressas de muitas formas Figueira, 2006, p. 25).

Nesse sentido, um olhar teórico se faz imperativo, pois, conforme anunciado na abertura deste texto, deslocar o eixo da epistemologia do campo da biografia, análise historiográfica ou mera construção factual para o campo da experiência permite uma percepção tanto mais real de como um campo de estudos consagrado tem sua origem na vida vivida. Assim declara Thompson (1981a, p. 15): "experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento".

E essa experiência implica ação, que redunda em resultados inestimáveis de tempo ou efeitos:

> Ele [João Canuto], Belchior, Paulo Fonteles, Gabriel Pimenta, Manuel Gago, Sinhozinho, Expedito e irmã Dorothy foram mortos. Mas não eram eles apenas. Desde quando Gringo foi assassinado decidi começar a anotar o nome dos assassinados na Diocese. Em 20 anos a equipe da CPT registrou, mais de 200 assassinados, entre posseiros, lideranças sindicais e trabalhadores fugindo das fazendas. Entre os mortos, muitos eram nossos conhecidos e amigos (Figueira, 2006, p. 32).

Demonstração disso é na destinação que 20 anos de experiência redunda:

> Antes, morando no Araguaia, a coleta de dados era feita com menos matizes ou graduações, porque a urgência requerida nas ações para salvar vidas, libertar pessoas retidas sob coerção no trabalho, se impunha. Não era possível ir muito além do imediato. Com depoimentos colhidos nestas circunstâncias e com aqueles acumulados desde os anos 1970 por agentes de pastorais, advogados ou por autoridades, pertencentes ao arquivo da CPT ou ao meu arquivo pessoal, comecei elaborar a tese de doutorado (Figueira, 2006, p. 45).

Ainda que a teoria thompsoninana da experiência tenha comparecido nos relatos de Ricardo, por outras preocupações ele volta a campo depois de pouco mais de 20 anos, para um olhar mais acurado da problemática mediada pela experiência vivida:

> Se a vítima – em um campo de concentração ou em uma fazenda no sudeste paraense -, tantas vezes, mantém o olhar preso ao chão, o aliado do trabalhador no Pará (agente de pastoral, sindicalista, religioso no Pará) pode manter e manteve o olhar delimitado pela premência em dar uma solução ao problema.
> A pressa e a indignação moral, imprescindíveis, moldaram também meu olhar. Mesmo sem perder a indignação e a pressa, recolhi outros depoimentos, indo além do registro apenas objetivo dos relatos de violência, munido de novos instrumentais teóricos (Figueira, 2006, p. 46).

De volta a Thompson, nesse encontro ausente entre o historiador britânico e o cientista mineiro de quem nos servimos do memorial, um sistema é percebido na interação entre a produção intelectual e a experiência:

> Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (Thompson, 1981a, p. 16).

Poder-se-ia supor, no entanto, que a constituição de um campo de pesquisa e atuação cidadã depende do intelectual, de seus meios de acesso ao saber acadêmico universitário ou, eventualmente, das relações que estabelece com instituições e órgãos oficiais do Estado. Não é esse o caso, pois:

> No meio da pobreza inquietante, havia uma dignidade austera, manifesta nas mãos que padeciam o trabalho duro da roça, dignidade no olhar e na dor. Foram muitas as humilhações sofridas e elas nem sempre se revelavam nas palavras, retidas em um silêncio que por si era eloqüente. Por isso, ao ler as transcrições das fitas, pude perceber o empobrecimento que, inevitavelmente, se dava. Na folha fria de papel as palavras escondiam a emoção dos silêncios. Dos longos silêncios de vozes embargadas e dos olhos marejados (Figueira, 2006, p. 46).

É imperioso reconhecer que a agência, as expectativas, os processos e a percepção enquanto leitura sofisticada do próprio mundo são partes integrantes de sujeitos históricos que as materializam, seja ritualizando suas subjetividades seja refletindo sobre elas coletivamente. O campesinato do sudeste paraense, em contato com a ação da CPT-AT, reunia-se constantemente em celebrações religiosas permeadas pela alegorização de textos bíblicos nos termos de suas próprias vivências. Eram atos políticos conduzidos, de fato, por agentes da pastoral, mas que não deixam de ser agentes daquela própria experiência, tanto no campo da sujeição, quanto no campo da resistência. Esse processo todo é tão menos consciente do que parece a descrição didática de um artigo científico, pois, segundo Thompson (1981a, p. 112):

> A análise, os conceitos, a abstração, são categorias de pensamento, são construtos intelectuais. Majoritariamente, seres humanos importam-se com ações, finalidades, execuções, condições concretas de vivência e movimento. Antes da análise, da abstração, dos conceitos ou ideias, ainda que construídas social e culturalmente e definidoras de ações, vem a ação, o viver, a experiência premeditada ou acidental. Seres humanos, em seu cotidiano cuidam muito mais do agir do que do pensar.

Para além de "mais do agir do que do pensar", faz-se imprescindível uma teoria da cultura que considere a interação entre dois polos da vida real humana (Thompson, 1981b, p. 398):

> Toda teoria da cultura deve incluir o conceito da interação dialética entre cultura e algo que não é cultura. Devemos supor que a matéria-prima da "experiência de vida" esteja em um dos polos, e todos os infinitamente complexos sistemas e disciplinas humanos, articulados ou não, formalizados em instituições ou dispersos das maneiras menos formais que 'manejam', transmitem ou distorcem esta matéria-prima, estejam no outro polo. É sobre este processo ativo, que é, ao mesmo tempo, o processo mediante o qual os seres humanos fazem sua história, que venho insistindo (grifos no original).

Como forma de olhar-se para si mesmo e a própria trajetória, Ricardo faz um balanço:

> Percebo no balanço desse tempo vivido intensamente, na memória às vezes falha, que é obrigada a buscar papéis amarelados, perdidos, dispersos para recompor o sabido e o esquecido, que algo de substancial persiste. E ele é o desejo de aprender, de ligar o estudo à prática, de abrir novos espaços "mobilizadores", de interferir nas políticas públicas com propostas relativas principalmente à erradicação do trabalho escravo e de combate à violência no campo; de partilhar conhecimento,

> levando aos alunos as discussões a respeito dos Direitos Humanos e as ações do Estado, cidadania e transformações sociais.
>
> Fiz as malas e vim. Se em 1977, depois que tomei os ônibus em direção ao Pará, tive dúvidas, insegurança; certamente, em 1997, fazer o caminho de volta, também trouxe suas angústias. Mas eu precisava enfrentar o desafio de transformar o objeto de denúncia em objeto de análise. Devia ter agora outro tempo, outra pressa; superar o anseio pelo imediato, pelo que tem urgência e construir modelos explicativos mais complexos. Eu era possuído pelo desejo de manter os anseios por um país mais justo e conservar a vocação científica, daquele que é capaz de investigar sempre; admitir que a verdade esteja sempre um pouco além. Não há incompatibilidades entre esta vocação e aquela, a da construção da cidadania (Figueira, 2006, p. 61).

Por fim, a última citação dessa conversa que nunca existiu, mas que nos coloca atentos para diversas reflexões, Thompson detalha o que para ele é um "planetário de erros" cometido por um tipo de marxismo estruturalista radicalmente diferente daquele que o historiador britânico aprendeu, praticou e ensinou. Os exemplos que escrevera no início dos anos 1980 guardam uma intertextualidade notável com o que tem sido apresentado e discutido no memorial aqui analisado:

> Mas fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso. Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos . E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico. E isto não é tudo. A explicação de Althusser também deixa de lado a força propulsora do "mundo real", espontaneamente e sem nenhuma cerimônia, propondo aos filósofos questões até então inarticuladas. A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso da demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceptuais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença. Essa apresentação imperativa de efeitos do conhecimento não está prevista na epistemologia de Althusser, que é a de um recipiente – um fabricante que não se preocupa com a gênese de sua matéria-prima, desde que ela chegue a tempo. O que Althusser negligencia é o diálogo entre o ser social e a consciência social. Obviamente, esse diálogo se processa em ambas as direções. Se o ser social não é uma mesa inerte que não pode refutar um filósofo com suas pernas, tampouco a consciência social é um recipiente passivo de "reflexões" daquela mesa. Evidentemente a consciência, seja como cultura não autoconsciente, ou como mito, ou como ciência, ou lei, ou ideologia articulada, atua de volta sobre o ser, por sua vez: assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido – as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceptuais dominantes (Thompson, 1981a, p. 17).

Não me parece que o estilo (gênero? forma literária?) de diálogo socrático seja impróprio, incômodo ou tão destoante da construção do resto do texto, mas aceito a crítica caso algum purista assim considere. O foco foi

promover uma exposição o mais evidente possível de uma reflexão teórica no campo da história acerca daquilo que é tão caro à ciência de Clio: experiência, coleta de dados, registros, organização, catalogação, guarda, ordenamento metodológico, refinamento conceitual e teórico, atitudes de mais de 40 anos no campo da consciência histórica, sem que necessariamente Ricardo tenha tido o acesso aos cânones da disciplina.

No entanto, a economia do texto impõe suas exigências. É possível, mas não sei se desejável, a proposição de uma periodização que, espero, tenha sido demonstrada no curso deste texto no que diz respeito à atuação e gênese de um campo do saber científico no tempo presente. São cinco camadas: (1) encontro de populações não-índias com indígenas/autóctones no sudeste do Pará; (2) encontro entre um campesinato (não tomo aqui a categoria campesinato no sentido purista do conceito, mas apenas como uma referência à presença de trabalhadores, migrantes, ex-escravizados, etc.) previamente estabelecido na região com o que chamei de "as origens da TdL ao polígono dos bispos"; (3) entre 1977 e 1995: agentes da CPT e período de atuação do Ricardo Rezende (Conceição do Araguaia e Rio Maria); (4) 1997-2011: transferência do escritório da CPT para Xinguara (1999), saída de Ricardo de Rio Maria (1997) e início da campanha nacional contra o trabalho escravo (1997, coordenado por Xavier Plassat), retorno de Henri para a França (2011 para tratamento de saúde e 2013 em definitivo); (5) de 2011 até o tempo presente: consolidação do campo "escravidão contemporânea" e declínio das ações de agentes pastorais / novos desafios), com destaque para a atuação de Ricardo na região e depois nas instâncias institucionais[17].

Periodizar é escolher, lembrar e esquecer, eleger referenciais arbitrários. As camadas temporais, os recortes espaciais e as análises decorrem da acumulação de tudo isso. Por exemplo, quando a referência é a vida e atuação de Frei Henri no sudeste do Pará, todo o bloco se refaz (ver dos Santos, 2023). O ponto central, entretanto, não é esse, mas como a experiência histórica vivida ganha, no caso em tela, a dimensão de uma agenda de cidadania, direitos humanos e pesquisa. E mais, a necessidade de acadêmicos não encerrarem suas atividades nos artigos, dissertações, teses e apresentações em eventos científicos, mas atentarem para a experiência como indicadora de problemas reais, não "inventados" em gabinetes. E, de fato, não importando em que instância essa experiência se materializa, seja com camponeses no cotidiano, na universidade, nos tribunais ou em celebrações religiosas. Conjugada a complexidade da experiência com a vida real, mudam-se alguns códigos, permanece o enfrentamento entre o viver, as memórias e materialidades do tempo e as condições materiais de existência.

Referências

BALDUÍNO, Tomás. A dimensão religiosa nas mobilizações do campesinato. *In*: CHEVITARESE, André Leonardo (Org.). **O Campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará; FAPERJ, 2002.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CORRÊA, Márcio Ferreira Nery. A lógica da territorialidade católica na Região Amazônica. *In*: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

CRUZ, Thiago da Silva da. A produção do espaço urbano na Amazônia: a influência da Igreja Católica na formação sócio-espacial do município de Conceição do Araguaia-PA. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 4, p. 122-145, 2014.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano; de MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José (Org.). **A Questão Agrária e a Justiça**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; MOURA, Flávia de Almeida; SUDANO, Suliane (Orgs). **Escravidão Contemporânea no Campo e na Cidade**: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; da MOTA Murilo Peixoto (Orgs.). **Escravidão Ilegal**: Migração, gênero e novas tecnologias em debate. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (Orgs.). **Discussões Contemporâneas sobre Trabalho Escravo**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria (Orgs.). **Escravidão:** moinho de gentes no século XXI. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria; JACOB, Valena (Orgs.). **Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2018.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca (Orgs.). **A escravidão na Amazônia:** Quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A Justiça do Lobo**: Posseiros e Padres do Araguaia. Petrópolis: Vozes, 1986.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: Canto da Terra. Petrópolis: Vozes, 1993.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**: Canto da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos Avançados**, v. 14, n. 38, p. 31-50, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Quão penosa é a vida dos senhores**: Discurso dos proprietários sobre o trabalhado escravo. Mestrado (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1999.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Milton Pereira. **História e Narrativa Araguaiana**: Entre missionários, indígenas e sertanejos. Seguido de lendas e costumes indígenas. Belém: Folheando, 2019.

MARTINS, José de Souza. A Reprodução do Capital na Frente Pioneira e o Renascimento da Escravidão no Brasil. **Tempo Social**, v. 6, n. 1-2, p. 1-25, 1995.

MESQUITA, Lucas Isaac Soares. La lucha contra el trabajo esclavo contemporáneo en Brasil: de la Amazonía a las universidades, una entrevista con Ricardo Rezende Figueira. **Revista De Estudios Brasileños**, v. 10, n. 22, p. 187-201, 2025.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do Posseiro ao Sem-Terra**: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo; da CONCEIÇÃO Wellington Jhemerson Costa. A luta pela terra nas páginas do Jornal O Grito da PA 150. **Perseu**, ano 11, n. 13, p. 59-82, 2017.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **"Ao cristão é proibido ter medo"**: a trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul e sudeste do Pará durante a Ditadura Militar (1975-1985). Ananindeua: Cabana, 2022.
PETIT, Pere. **Chão de Promessas**: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

ROZIERS, Henri des; PINTO, Ana de Souza. **A luta pela Reforma Agrária nas Terras do**

Araguaia: um caminho para Justiça e Paz. Capítulo de livro encontrado no Acervo da CPT/Xinguara. Sem data (s/d). p. 115-120.

DOS SANTOS, Cleonice Rezende. **"Minha arma é o Evangelho"**: uma introdução ao estudo da trajetória de Frei Henri des Roziers. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Xinguara, 2023.

DOS SANTOS. Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: Modos e Significações. Brasília, UnB, 2015.

SANTOS, Valdeci Monteiros dos. **A economia do sudeste paraense**: fronteira de expansão na periferia brasileira. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SALGUEIRO, Eduardo de Melo. Fontes para o ensino de história local e seus desafios: o caso do acervo da Comissão Pastoral da Terra, Xinguara-PA. *In*: MONTI, Carlo Guimarães (Org.). **Ensinar e aprender**: Usos de fontes e o ensino de história. Marabá: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

SERRA, Hugo Rogério Hage; SABINO, Thiago Alan Guedes. Cartografias da formação territorial do Sul e Sudeste do Pará. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 49, 2021.

SILVA, Moisés Pereira. O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri Burin des Roziers. **Estudos Históricos**, v. 32, n. 66, p. 329-346, 2019.

SOBREIRO FILHO; SODRÉ. **A violência no campo da Amazônia**: análise de dados sobre assassinatos, ameaças e perfis dos assassinados, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351102218_A_VIOLENCIA_NO_CAMPO_DA_AMAZONIA_analise_de_dados_sobre_assassinatos_ameacas_e_perfis_dos_assassinados

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a.

THOMPSON, Eduard Palmer. The Politics of theory. *In*: SAMUEL, Raphael (Org.). **People's history and socialist theory**. Londres: Routledge, 1981b.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIEIRA, Yana Brito. **Memória, fé e resistência**: as comunidades eclesiais de base no Sul e Sudeste do Pará nos anos finais da Ditadura Militar (1980-1985). Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2021.

Documentação

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Memorial de concurso – Departamento de Métodos e Técnicas para o cargo de professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2006. 65p. (Material cedido pelo autor, não publicado).

MOUSASTICOSHVILY JR, Igor. Diagnóstico da indústria madeireira na Amazônia Ocidental: o caso das serrarias no eixo da estrada PA-279. Trabalho apresentado para o CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. São Paulo, 1994.

(Endnotes)

1 **Notas**

Este artigo é o resultado de quatro anos de pesquisa financiada por bolsas de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (Fapespa), desenvolvida na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) – campus de Xinguara. A pesquisa ensejou o trabalho de conclusão de curso (TCC) de Cleonice Rezende (dos Santos, 2023), a quem agradeço a oportunidade de aprender cotidianamente no árduo trabalho de coletar tantos documentos e materiais bibliográficos.

2 Discutir a escravidão contemporânea como fenômeno ultrapassaria os limites deste texto. Contudo, vale dizer que seu estudo está consolidado no Brasil, sendo amplamente discutido na bibliografia especializada, sobretudo àquela produzida no âmbito do Grupo de Estudos em Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com destaque para Ricardo Rezende, líder do GPTEC. Essa bibliografia é constituída por obras de mais autores, mas a discussão aqui se concentrará em Rezende.

3 Agradeço aos pareceristas que tiveram a oportunidade de ler este texto antes de sua submissão e fizeram uma síntese muitíssimo bem-feita das intenções do trabalho, resultando neste argumento.

4 Gostaria de agradecer à produtora "Produções Cinematográficas LCBarreto Ltda", nas pessoas de Paula Barreto e Marcelo Santiago que sempre me atenderam na necessidade de disponibilizar o documentário nos contextos educacionais em que realizei a exibição seguido de debate. Seja no contexto universitário, seja em meio a movimentos sociais de educação popular, a contribuição dessa obra segue sendo o que existe de mais atual no tema.

5 Ver: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses

6 Ver: https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php

7 A partir desse brevíssimo levantamento bibliográfico, algumas observações podem ser enunciadas com vistas a investigações futuras. Em primeiro lugar, é preciso considerar os trabalhos ligados à escravização de africanos e indígenas e à noção de "liberdade" para definir o que é escravidão (não a antiga ou moderna, mas a contemporânea). Isso porque, sobretudo no Pará, africanos escravizados são introduzidos a partir do século XVII, principalmente os bantos, iorubás e minas. Em 1682, a criação da Companhia de Comércio do Maranhão visava abastecer São Luís e Belém com 10 mil escravos em 20 anos na Amazônia, além de exportar produtos primários da região para o mercado mundial. O empreendimento não prosperou, entre outras razões, pelo alto preço das pessoas escravizadas. Após a revolta de Beckman, em que colonos e missionários jesuítas disputaram mão de obra, em 1684 foi estabelecido um acordo para a redução do preço de africanos, o aumento do número de escravizados africanos, a extinção da Companhia (efetivada em 1685) e a expulsão dos jesuítas. Já em 1755, foi criada a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que inseriu 12 mil escravizados africanos no estado do Grão-Pará e Maranhão em dois anos – o número será muito maior no século XIX. Assim, uma parcela significativa da base

desse campesinato certamente conheceu a interação cultural com os africanos sequestrados e feitos cativos no Brasil. Em segundo lugar, é possível desenvolver um trabalho para acompanhar a evolução do emprego das expressões "trabalho escravo", "condição análoga à de escravo", "trabalho degradante", "escravidão por dívida" (todas aparecem a partir dos anos 2000 nas bases de dados da Capes) e "trabalho escravo contemporâneo". Esse inventário e seriação seria uma contribuição para o entendimento dos conceitos e poderia contribuir para o refinamento da categoria. Em terceiro lugar, interessa entender o conceito de escravidão contemporânea, seu mecanismo, suas lógicas de reprodução e sua operacionalização prática – essa é uma tarefa tanto epistemológica quanto empírica. Por fim, é preciso investigar as relações entre "trabalho escravo contemporâneo" e a "economia de aviamento". Teria sido a "ancestral"? Naturalizou práticas? Para além disso, é preciso compreender que o cenário historicamente construído sob a lógica da intensa exploração de território e mão de obra instaurada no sudeste do Pará pode ter contribuído, na longa duração histórica, para formar uma herança cultural compartilhada em que o mecanismo escravista tenha conhecido permanência, perpetuação, naturalização e, por mais que passasse por metamorfoses, de forma geral tenha se mantido nas bases escravistas. É óbvio que os casos e contextos devem ser estudados individualmente e em escala detalhada, mas não constitui erro buscar uma síntese mais geral e pinçar, posteriormente, suas diferenças, semelhanças e peculiaridades sutis. No sudeste do Pará, é provável que tenha havido a seguinte coexistência de realidades de trabalho centrados no mecanismo escravista: escravidão legal (indígenas e africanos); aviamento; terceirização e escravidão (falar em "semiescravidão" é piada de mau gosto) ilegal ou por dívida (protagonismo de terratenentes e empreiteiros/"gatos"); e precarização (a vulnerabilidade social como projeto – afinal, ela é um dos fatores determinantes do cenário observado recentemente no perfil de mão de obra no sudeste do Pará).

8 "Terra e Trabalho Escravo: violência e impunidade" (2000), "Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia" (2008), "Movimentos Humanos Direitos: uma história de luta coletiva" (2010), "Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas" (2011), "Trabalho Escravo: um debate transdisciplinar" (2011), "Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea" (2013), "A Universidade Discute a Escravidão Contemporânea: práticas e reflexões" (2015), "Discussões Contemporâneas sobre Trabalho Escravo: teoria e pesquisa" (2016), "Trabalho Escravo Contemporâneo: estudos sobre ações e atores" (2017), "Estudos sobre as formas contemporâneas de trabalho escravo" (2018), "Escravidão: Moinho de Gentes no Século XXI" (2019), "Trabalho Escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia" (2021), "Discussões Interdisciplinares sobre a Escravidão Contemporânea" (2021), "A escravidão na Amazônia: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos" (2022), "Escravidão Ilegal: migração, gênero e novas tecnologias em debate" (2022), "Trabalho escravo contemporâneo e resistência em tempos de pandemia" (2022).

Ricardo Rezende Figueira. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5802970761304615. Acesso em: set. 2023.

9 Entre os mapas 4 e 5 há uma longa série adicional que considera a evolução mais detalhada do processo (ver Santos, 2011:259, 290, 292 e 302). Alguns detalhes importantes a destacar: (1) no final dos anos 1960, mais de 50% de todo o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para a Amazônia são destinados a Santana do Araguaia (1º) e Conceição do Araguaia (2º), com os maiores números de projetos contemplados; (2) 1960 é o ano de referência por conta da construção da rodovia Belém-Brasília; (3) as serrarias e madeireiras deslocam-se das áreas ao norte da PA-150 para o entorno da PA-270 em finais dos anos 1970 pelo esgotamento daquela área; e (4) os sistemas de transporte para escoamento da economia extrativista permanecem até o momento com as tensões geradas pela abertura de rodovias, construção de ferrovias e utilização de navegação nos rio da Região. No entanto, o enfrentamento mais detalhado dessas questões não poderá ser aqui realizado, tendo em vista os limites deste texto (ver Santos, 2011 e Mousasticoshvily Jr., 1994).

10 Imprescindível, ao tematizar esse fenômeno histórico, é o documentário de Eduardo Coutinho, Cabra marcado para morrer, de 1984.

11 Sobre as CEBs, ver o Projeto de Memória que vem sendo desenvolvido desde o início dos anos 2000 (disponível em: https://cebsdobrasil.com.br/projeto-memoria-e-caminhada/). Embora seja uma memória oficial, é um bom ponto de partida. As CEBs foram um projeto criado em 1966

por parte de bispos da CNBB e sistematizado em 1968 no livro do Padre Raimundo Caramuru, Comunidades eclesiais de base: uma opção decisiva, publicado pela editora Vozes, de propriedade dos padres franciscanos. É preciso muito cuidado antes de afirmar algum protagonismo das CEBs ou mesmo de setores da Igreja Católica na criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Talvez fosse melhor afirmar que as CEBs, o CIMI e a CPT foram participantes dessas criações como grupos dentro de uma enorme variedade de origens, não tendo sido decisivos ou protagonistas no processo. Um trabalho recente que aborda o tema no Pará é o de Vieira (2021). Conferir também Pessôa (2017, 2022) e Pereira (2015).

12 João Pedro Stédile e Regina Reyes Novaes também fazem importantes apontamentos e destaques sobre a história do campesinato no Brasil. Stédile acrescenta uma importante periodização quando cita o MEB e os setores progressistas e conservadores da Igreja Católica. Do lado conservador, Dom Eugênio Sales buscava evitar o protagonismo das Ligas Camponesas e, do lado progressista, Dom Hélder Câmara organizou o MEB e impulsionava Ligas e sindicatos de trabalhadores rurais na conscientização sobre a resistência e luta pela reforma agrária (Stédile, 2002:236). Essas duas referências fazem parte de um congresso organizado em outubro de 2000 no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pelo professor de história André Leonardo Chevitarese (ver Chevitarese, 2002).

13 Existe uma extensa bibliografia que discute o tema. No entanto, convém aqui apontar aqueles que tematizam a discussão no contexto do sul e sudeste do Pará. O incontornável trabalho de Pereira (2015) é, sem dúvidas, a referência principal. Pessôa (2022) e Silva (2011) são referências obrigatórias. Salgueiro (2021) é a publicação mais recente, muito embora seja um dos mais profícuos, pois associa discussões heurísticas com a prática de inventário, guarda, registro e discussão de parte do acervo da CPT em projeto em andamento desde 2015. O espaço exíguo deste texto impede o anúncio de um levantamento bibliográfico sistemático, portanto, há certamente outros trabalhos não mencionados. Em publicações futuras, essa lacuna será preenchida.

14 Salgueiro (2021, p. 60-67) oferece uma excelente síntese sobre a TdL e o contexto das pastorais sociais (p. 62-64). Compreender o movimento dessas ações é fundamental para entender a manifestação concreta da atuação de parte da Igreja Católica nas diferentes partes do Brasil onde se fazem presentes.

15 Dados históricos das Dioceses podem ser encontrados nos respectivos sites institucionais: Porto Nacional (https://dioceseportonacional.org.br/historico/), Diocese de Conceição do Araguaia (https://antigo.diocesedeconceicao.org.br/a-diocese/historia/), Diocese de Marabá (https://diocesedemaraba.com.br/institucional/nossa-historia/) e Diocese de Goiás: https://www.diocesedegoias.org.br/diocese/historia). Todos foram acessados em setembro de 2023.

Quanto à Prelazia de São Félix do Araguaia, foi erigida em 1969, desmembrada da Prelazia de Cristalândia. Dom Pedro Casaldáliga foi administrador apostólico entre 1970 e 1971 e bispo prelado entre 1971 e 2005. Ana de Souza Pinto, a Aninha, iniciou seu trabalho na região com Dom Pedro, posteriormente foi a Conceição do Araguaia e em seguida a Xinguara, onde se aposentou em 2024.
A Prelazia do Xingu (posteriormente Diocese Xingu-Altamira e atualmente Prelazia do Alto Xingu, em Tucumã) foi desmembrada da Arquidiocese de Belém, da Prelazia de Santarém e da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia – Dom Eurico Kräutler (1971 a 1981) e Dom Erwin Kräutler (1981 a 2016).

A respeito de Conceição do Araguaia. Frei Gil Villanova – integrante da missão dominicana no Brasil que iniciou em Uberaba, expandiu-se para Goiás e posteriormente Porto Nacional – é o fundador do município. Em 1911, o Papa Pio X erigiu a Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia, desmembrada da Arquidiocese de Belém-PA. Foi confiada à Ordem dos Pregadores (mais tarde, Ordem Dominicana). Possivelmente, esse pedido do arcebispo de Belém se deveu ao grande número de pessoas na porção sul e sudeste do estado, motivado pelas atividades econômicas já mencionadas aqui em seção anterior e às grandes distâncias para se percorrer. Dom Luiz Antônio Teixeira Palha foi o primeiro bispo nascido brasileiro, terceiro da Prelazia de Conceição a partir de 1951, e participou do Concílio Vaticano II. Entre 1951 e 1976, foi bispo prelado. Dom Tomás Balduíno, em 1966 e 1967, foi administrador apostólico, implantou a Rádio Educadora do Araguaia (em 1977 a rádio atendia a 60 "escolas" na área rural de Conceição do Araguaia, sob condições muito precárias; as unidades de ensino eram grupos pequenos mediados por um "monitor", quem sabia ler e escrever guiava os demais pelas orientações das "aulas" escutadas no rádio) e o MEB, era piloto de avião e foi Bispo

de Goiás Velho (posteriormente Tocantins) entre 1967 e 1998. Dom Alano Marie du Noday, entre 1967 e 1969, foi administrador apostólico em Conceição (também 2º bispo de Porto Nacional); além disso, foi Bispo prelado de Marabá em 1976 e diocesano entre 1976 e 1985 (ver também, Figueira, 1986:49 e Pêssoa, 2017:167). Dom Celso Pereira de Almeida foi o 3º bispo de Porto Nacional, nomeado em 1936, e atuou 40 anos como bispo titular e 10 anos como bispo emérito. Foi nomeado bispo auxiliar e administrador em 1972 e assumiu como titular em 1976 após renúncia de Dom Alano. Ficou até 1995, quando se transferiu para Itumbiara-GO. Dom Estêvão Cardoso de Avelar – bispo entre 1970 e 1978 – 4º bispo prelado, com nomeação episcopal em 1971 (ver Pessôa, 2017, p. 167).

Em 1969, a Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia foi vinculada à Prelazia de Marabá, com a sede transferida para essa cidade. Em 1976, esta foi dividida, voltando a ser restaurada a sede da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia, e Marabá permaneceu como Prelazia também. Em 1979, a Prelazia de Marabá foi elevada a Diocese e, ainda neste ano, a Prelazia de Conceição do Araguaia foi elevada à Diocese. O redentorista Dom José Patrick Hanran é nomeado. No período dele, a ditadura militar fechou a Rádio Educadora. Ele atuou até 1992/93.

Adicionalmente, dados sobre as regiões, prelazias, dioceses e informações pessoais e de atuação pastoral: Criação da Prelazia de Conceição do Araguaia – ver Lima (2019, p. 53-55), Soares, Araújo e Zattar (2017, p. 153), Corrêa (2005, p. 3617) e Cruz (2014). A respeito de Frei Gil Gomes Leitão, missionário dominicano, ver Figueira (1986, p. 29) e Boletim Técnico nº 6 – Fundação Casa da Cultura de Marabá, 2012).

16 Ricardo Rezende tornou-se mestre em 1999 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e doutor em 2003 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

17 Sobre esse ponto, convém retornar ao início da terceira seção deste trabalho (A análise de trajetória do campo de estudos 'trabalho escravo contemporâneo') e entender a atuação na academia e nas articulações em outros espaços institucionais.